

ETNOHISTÓRIA DOS CONFLITOS ENTRE INDÍGENAS KAINGANG E AS FRENTEIS DE EXPANSÃO NA SERRA GAÚCHA (SÉCULO XIX)

Ethnohistory of the conflict between Kaingang indigenes and the expansion fronts in Serra Gaúcha (19th century)

Guilherme Brandalise

Museu de História Julio de Castilhos, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este artigo debate o conceito de etnohistória aplicado a uma pesquisa documental sobre conflitos envolvendo indígenas nas colônias da Serra Gaúcha na metade do século XIX. Através de uma abordagem metodológica crítica sobre representação dos indígenas nas fontes históricas e diálogo colaborativo com lideranças atuais, o artigo aponta intersecções entre as narrativas orais e da memória social com uma abordagem da chamada Nova História Indígena. Essa metodologia busca encontrar os indígenas quando estão invisíveis, e destacar seu protagonismo na História do Brasil, evitando binarismos, e complexificando a participação dos mesmos nos eventos envolvidos. Como base para essa reflexão, está uma pesquisa realizada em fundo documental onde estão presentes, de forma dispersa, relatos de conflitos entre indígenas Kaingang e diversos agentes das frentes de expansão na Serra Gaúcha na década de 1850. Na memória social desse povo indígena, está o cacique João Grande/Nivô, cuja atuação é marcada pela não aceitação dos aldeamentos e o conflito contra os invasores de seu território. Ao dialogar os achados na pesquisa documental com lideranças indígenas, o resultado é uma forma de etnohistória que representa a luta dos ancestrais dos indígenas que lutam hoje pelo reconhecimento de seus territórios.

Palavras-chave: Etnohistória, Frentes de Expansão, Kaingang, Serra Gaúcha, História Indígena.

Abstract

This article discusses the concept of ethnohistory applied to documental research on conflicts involving indigenous people in the colonies of Serra Gaúcha in the mid-19th century. Through a critical methodological approach to the representation of indigenous people in historical sources and collaborative dialog with current leaderships, the article points out intersections between oral narratives and social memory with an approach to the so-called New Indigenous History. This methodology seeks to find indigenous people when they are invisible, and to highlight their leading role in Brazilian history, avoiding binarisms and complexifying their participation in the events involved. This reflection is based on documental research in which there are scattered accounts of conflicts between Kaingang indigenous people and various agents of the expansion fronts in the Serra Gaúcha in the 1850s. In the social memory of these indigenous people, there is the chief João Grande/Nivô, whose actions are marked by the non-acceptance of the enclosures and the conflict against the invaders of their land. By dialoguing the findings of documental research with indigenous leaderships, the result is a form of ethnohistory that represents the struggle of the ancestors of the indigenous people who are fighting today for recognition of their territories.

Key-words: ethnohistory, expansion fronts, Kaingang, Serra Gaúcha, indigenous history.

INTRODUÇÃO

Os Kaingang são um povo originário do Planalto Meridional, desde o Sul de São Paulo até os contrafortes da Serra Geral no Rio Grande do Sul, ocupando tradicionalmente uma área marcada pela floresta de araucárias. Esse território sofreu com a colonização efetiva apenas em um período tardio, a partir do final do século XVIII, com os avanços sobre os Campos de Guarapuava no Paraná (Mota, 2009), e posteriormente a partir das consequências das Cartas Régias de Dom João VI no século XIX, inicialmente em São Paulo e depois se espalhando pelos estados do Sul (Dornelles, 2018; Laroque, 2000; 2006).

Atualmente, o povo Kaingang é o mais populoso do Rio Grande do Sul, e um dos mais populosos do Brasil.¹ Os avanços da frente colonial sobre os territórios Kaingang e sua atuação na defesa dos mesmos moldaram a construção histórica, social e territorial da ocupação do Planalto Meridional. Porém, a construção da história local buscou ocultar o papel dos indígenas nesses processos, valorizando principalmente a atuação de imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos.

Os alemães começaram a chegar em 1824 na colônia de São Leopoldo, que foi um exemplo de desenvolvimento e se expandiu pelos vales dos rios Sinos e Caí. Os italianos chegaram a partir de 1875 e ocuparam inicialmente partes mais altas da Serra, nos campos entre os rios Caí e Antas. Pela dinâmica da colonização familiar e agrícola com incentivos fiscais do Império para aquisição das terras, as novas gerações muitas vezes buscavam novas terras, o que era preferível do que dividir o lote original entre muitos descendentes. Assim, dos núcleos originais da colonização, os grupos familiares expandiram a área colonial por outras regiões do Estado, destacando o Vale do Taquari, região de Lagoa Vermelha e Alto Uruguai. Tal dinâmica se reproduz entre frentes pioneiras e frentes de expansão, que muitas vezes tinham que lidar com grupos indígenas que habitavam os matos a serem colonizados. Este artigo traz fontes históricas e etnohistóricas para entender o microcosmo desses conflitos.

Na região mais meridional do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas Jê estão os contrafortes do Planalto, uma região marcada por serras, cortada por vales cobertos de florestas, a montante dos rios que desaguam no rio Guaiba, e depois na Lagoa dos Patos.

¹ Segundo o Censo de 2022, o Rio Grande do Sul é o estado com maior número de população indígena na Região Sul, com 36.096 indígenas. “Mapa interativo: confira como é a distribuição da população indígena nos municípios do RS” - GZH, 07/08/2023 - Acesso em 28/10/2024 <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/08/mapa-interativo-confira-como-e-a-distribuicao-da-populacao-indigena-nos-municipios-do-rs-cll1ey6f00660154c38d8illy.html>>

Ao Norte, os Campos Gerais, Campos de Cima da Serra e outros descampados naturais que serviam de referência para a topografia colonial.² No meio, essa região intermediária, foi colonizada de forma muito parcial até o final do século XVIII, principalmente pelos tropeiros, comerciantes de gado vacum, que atravessavam sua extensão, fazendo a ligação via interior do Sul com o Sudeste da América Portuguesa. O contato através da passagem de tropas não era de todo modo pacífico, pois os indígenas Jê constantemente atacavam essas comitivas que passavam por suas áreas de caça e pinheirais. Apesar dessa presença garantir a “posse” pelos impérios coloniais, muitos desses lugares não tiveram uma ocupação colonial efetiva. Já no início do século XIX, começam as investidas militares sobre os grupos indígenas habitantes das florestas da serra. Existem relatórios de ataques na Serra do Botucaraí nas décadas de 1800 e 1820, que atestam a ocorrência de conflitos violentos que envolviam o massacre de comunidades indígenas e o rapto de crianças (Venzon, 2022).

Outro processo importante para o desenrolar dos conflitos ocorreu no Norte da Província, na região do Rio Uruguai, principalmente a partir do fim da Guerra Farroupilha em 1845. Essa foi a mais longa guerra civil da história do Brasil, e ao final, deixou a economia da Província em frangalhos e a administração pública desorganizada. Com o término do conflito em 1845, iniciativas de colonização, abertura de estradas e constituição de aldeamentos puderam avançar, como parte da reorganização do aparato estatal. A imposição dos aldeamentos oficiais como política indigenista foi um processo marcado pela negociação ativa com grandes caciques da época, como Nonoai, Braga, Condá e Doble (Laroque, 2000, Diehl, 2023). Porém, mais ao Sul, no que é hoje conhecido como Serra Gaúcha, os conflitos se intensificaram à medida que não havia projeto de aldeamentos ou negociações nesta região, cobiçada diretamente pela colonização. Com o sucesso da colônia de São Leopoldo, o modelo de ocupação de terras por colonos se expandiu continuamente, primeiro com o fluxo dos descendentes dos primeiros colonos que buscavam mais terras, e depois com novos imigrantes que chegaram da Itália a partir de 1875, os quais também provocaram um fluxo de imigração secundária na primeira metade do século XX.

As iniciativas de colonização e aldeamento são mencionadas em conjunto pois entendo que constituem faces de um mesmo processo, que é o avanço da frente de colonização sobre

² Ver Mappa da província de San Pedro; Visconde de São Leopoldo; 1830-1840. Disponível em: <https://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_3/300-57.htm>. Acesso em: 18/11/2023.

os territórios indígenas. Para entender esse processo de forma aprofundada, é necessário observar o local onde esse fenômeno que é a fronteira se manifesta, onde o desentendimento mútuo é a regra e, nesse caso, a violência também. Durante a década de 1850, podemos observar na documentação a intensificação dos conflitos entre colonos, tropeiros, bugreiros, autoridades, e grupos Kaingang. Diehl (2023, p. 245-303) aponta para esse período eventos que alteraram a relação do mundo Kaingang com o mundo não-indígena. Como a morte do cacique Nonoai, talvez a principal liderança do período de formação dos aldeamentos. As mudanças no mundo Kaingang que ocorreram no tempo de cacicado de Nonoai são impressionantes, sendo a mais impactante o estabelecimento dos aldeamentos e a colonização dos territórios, gerando conflitos de toda sorte e uma mudança ambiental sentida até os dias de hoje.

Também houveram muitos massacres, como em 1850 em Vacaria, 1853 no rio Caí e 1855 em Erechim, todos ligados a conflitos por territórios e grupos Kaingang resistentes.³ Um desses eventos violentos envolve o grupo ligado ao cacique João Grande, Nicué ou Nivö. Essa liderança é mencionada como um cacique resistente na historiografia (Laroque, 2000), ou mesmo como facínora na documentação do período. A pesquisa de Brandalise busca complexificar essa figura e fugir do binarismo “facínora”/resistente, ao representar sua atuação atravessada por diversos fatores, tanto provenientes da colonização quanto do próprio modo de vida Kaingang, sua cosmologia e relação própria com o território (Brandalise, 2023, p.141).

Essa pesquisa ocorreu mediante o contato com duas lideranças Kaingang desde pelo menos 2018: o cacique da retomada Kógühn Mág em Canela, Maurício Vehn Tain, e a cacica da retomada Gah Ré em Porto Alegre e Kujà Iracema Gah Té. Ambas lideranças reconhecem o cacique Nicué como parte de sua ancestralidade, inclusive apontando que a aldeia principal desse cacique se situava próximo à atual retomada Kógühn Mág, no município de Canela-RS, reconhecendo marcas de sua territorialidade até os dias presentes nessa e em muitas outras localidades próximas (Maréchal, 2021 p.598; Fontes e Salvador, 2022).

O foco metodológico fundamenta-se na análise de documentos, em especial no Fundo de Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Assim, esse diálogo com

³ No mesmo ano de 1850, foi aprovada a Lei de Terras, que alterou a configuração da propriedade de terra no Império do Brasil, facilitando a posse privada e a venda, e dificultando o acesso para ex-escravizados e povos indígenas, acentuando conflitos.

as lideranças indígenas também passou pelo processo de relatar os achados e escutar suas respostas. Porém, na historiografia em geral, e mesmo no campo da Nova História Indígena, o diálogo com indígenas é uma questão não complexa e difícil de conciliar metodologicamente. Pode-se utilizar as metodologias relacionadas à história oral, porém tem suas limitações, como o tempo de transcrição e as críticas ao discurso, que são próprias desse campo, e que acabam constituindo uma história do ponto de vista dos sujeitos entrevistados. Outra perspectiva é a da Antropologia colaborativa, que dialoga com as demandas das comunidades, fazendo uma prática acadêmica que é voltada para os interesses indígenas, evitando uma relação colonialista que foi por muito tempo presente na antropologia.

Ainda outra forma de lidar com esse problema metodológico é por meio de uma perspectiva híbrida, que alcança formatos anteriormente mencionados, da perspectiva do discurso oral e das demandas dos povos estudados, mas que é mais direta com o objetivo da pesquisa, que é elucidar aspectos históricos dos conflitos entre indígenas e frentes de expansão colonial. Afinal, e não menos importante, o aspecto moral e ético desse diálogo intercultural deve balizar a busca pelo conhecimento, tendo em vista que pesquisas dessa natureza abordam histórias familiares e narrativas da memória dos povos indígenas, estas que constituem o corpo da memória social, a partir dos antepassados (Sider, 1994).

Assim, a crítica metodológica aos distintos regimes de memória que norteiam os discursos sobre a história desses povos também é uma forma de respeito aos interlocutores indígenas, suas demandas, pontos de vista e seus antepassados (sua história, ou nos termos de Gerald Sider, sua etnohistória). Analisando mais de perto a frente de expansão em seus diferentes atores e sujeitos, podemos, por espelhamento e comparação entre regimes de memória diferentes, compreender melhor as estratégias e os mecanismos de ação dos grupos indígenas afetados pelo avanço da frente de expansão, apontando também pontos de contato entre narrativas documentais e indígenas, de forma a pensar a história indígena mais amplamente, abarcando também formas nativas de pensar o passado (Fontes e Salvador, 2022).

Desse modo, optou-se pela utilização do conceito de etnohistória como trabalhado por Gerald Sider (1994), que reconhece nesse conceito a importância da história contada pelos indígenas no presente, pois, afinal, estamos tratando da história de seus antepassados diretos. Nesse caminho, a antropologia praticada por intelectuais Maori, como Tuhiwai Smith (2016), apresenta uma proposta similar de trocas colaborativas, que se preocupa com as demandas

das comunidades. Enquanto pesquisa acadêmica, é possível dialogar essa perspectiva enquanto demanda, partindo de uma possibilidade de troca de informações e saberes, tanto a partir da pesquisa, quanto a partir das demandas, reconhecendo as limitações e principalmente as possibilidades de interpretação e leitura de narrativas baseadas em fontes primárias, como foi o caso da pesquisa aqui apresentada.

Como um problema complexo, há muitas possibilidades de abordar os diálogos entre pesquisa histórica, etnohistórica e os relatos indígenas. Dessa forma, trago neste artigo, a partir de pesquisas documentais acerca dos conflitos entre indígenas e colonos na região da Serra Gaúcha, na década de 1850, reflexões metodológicas e práticas acerca da pesquisa realizada em fontes documentais que foram dialogadas com lideranças indígenas, e que no final, qualificaram a construção de conclusões e afinaram as lentes da pesquisa histórica.

CONCEITOS DE ETNOHISTÓRIA

Ao tratar de qualquer história de encontros e desencontros entre populações originárias e a colonização, devemos apontar as dinâmicas de dominação e resistência, e os grupos sociais envolvidos. A fronteira, em particular, é um locus em que essas dinâmicas são levadas ao extremo (Martins, 1999). Para entender as metodologias abordadas aqui, é importante historicizar o campo de pesquisa que se debruça sobre o passado dos povos indígenas. No início do século XX, foram desenvolvidos trabalhos sobre a história de sociedades que sofreram processos de colonização e que registraram suas narrativas através da oralidade, como sociedades indígenas nas Américas e na África. Desse modo, surge a etnohistória, uma metodologia de pesquisa ligada diretamente a noções imperialistas, sobre sociedades mais ou menos desenvolvidas, a partir da comparação com os países da Europa Ocidental e América do Norte, relacionada a uma pretensa primazia “científica” dessas sociedades sobre outras consideradas “primitivas”. É primordial ressaltar que esse processo, porém, não conseguiu varrer por completo as culturas indígenas e substituí-las por versões da cultura ocidental, como até certo momento do século XX, se acreditava, mesmo entre pesquisadores das humanidades, como aponta Sahlins: “Durante muito tempo, antropólogos e historiadores foram iludidos por uma certa mística da dominação ocidental: a idéia pretensiosa de que a expansão mundial do capitalismo levaria ao fim de todas as outras formas de história cultural.” (Sahlins, 2003. p.449)

Como metodologia, a etnohistória é uma ferramenta utilizada por historiadores, antropólogos e arqueólogos para aprofundar o conhecimento sobre o passado dos povos. Rojas (2008) discute os limites do método etnohistórico, questionando se pode ser considerado ou não um campo independente. Combinando práticas da arqueologia, etnologia e linguística, as problemáticas da etnohistória são ricas pois trazem questões que atravessam os limites disciplinares, buscando os indígenas onde e como eles estiverem. No caso da pesquisa histórica documental, essas ferramentas permitem, a partir de uma leitura minuciosa e análise crítica das fontes, ver o que está oculto no discurso administrativo, por exemplo. Ao comparar informações etnológicas com achados documentais, entendendo no presente o que os interlocutores do passado não puderam entender ou intencionalmente ocultaram. Desse modo, a partir do método etnohistórico, busca-se contar uma versão da história cujas fontes deliberadamente tentam esconder, ou como colocou Walter Benjamin, uma história a contrapelo (Benjamin, 1985).

O fato de algumas etnias não terem deixado registros escritos sobre o passado não significa “atraso”, assim como não podemos dizer que eram sociedades de todo ágrafas. Severi (2009), aponta zonas intermediárias entre sociedades escritas e orais, ressaltando que mesmo as que não desenvolveram escrita utilizam grafismos e símbolos visuais, assim como as sociedades letradas utilizam-se da oralidade. Outros povos indígenas do Rio Grande do Sul tiveram contato, e se apropriaram da linguagem escrita, especialmente os Guarani. Inicialmente como instrumento de doutrinação, a escrita (também em idioma guarani) foi incorporada pelos indígenas, que fizeram outros usos dela. A língua escrita teve diversos usos para os indígenas nas Missões jesuíticas do Noroeste do Rio Grande do Sul entre os séculos XVI e XVIII. Bilhetes escritos e trocados entre lideranças indígenas durante a Guerra Guaranítica (1753-56) (Neumann, 2009); evidências materiais da mistura de elementos escritos em espanhol e guarani em lápides funerárias (Boita, Baptista, no prelo); e a produção única de mapas dos territórios habitados pelos indígenas após a saída dos Jesuítas (Barcelos, Neumann, 2022). São significativas as experiências dos indígenas com a linguagem escrita⁴, e podemos supor que sua utilização não desapareceu por completo até o século XIX.

⁴ Dicionários da língua Kanhgág foram desenvolvidos apenas no século XX, por religiosos.

Sobre o povo Kaingang, é fundamental a presença das marcas tradicionais Kamé e Kairu/Kanhru-Kré, que compõem um dualismo cosmológico presente em todas as coisas vivas. Cada uma dessas metades clânicas tem suas marcas tradicionais, o Rá Ror e o Rá Téj, que estão presentes nas pinturas corporais, cestaria, artesanato e representam o pertencimento de cada sujeito, assim como as relações que se estabelecem entre esse e seu Yambré, ou cunhado. Segundo Fernanda Kaingang, hoje diretora do Museu dos Povos Indígenas:

Por um lado, as marcas Kaingáng caracterizam e distinguem a cultura material do poos Kaingáng em relação a outros povos indígenas e, por outro, identificam o indivíduo e determinam sua posição dentro da organização social Kaingáng. Os rá [grafismos] representam parte essencial do patrimônio cultural Kaingáng que permanece vivo na memória, na oralidade, na língua, no artesanato, na educação não formal, na pintura corporal, enfim, nos saberes e fazeres do nosso povo. (Kaingáng, 2012, Palestra proferida no Ponto de Cultura Kaingáng Järe) (Kaingáng et al, 2013, p. 16)

No caso do recorte deste artigo, é interessante notar o uso de grafismos tradicionais marcados nos pinheiros e flechas dos indígenas Coroados⁵ - nomenclatura utilizada até o início do século XX para descrever os Kaingang, devido ao corte de cabelo “franciscano” utilizado pelos indígenas antes dos aldeamentos como observado pelo engenheiro belga Alphonse Mabilde (1983). Sobre as manifestações gráficas dos povos originários do Planalto Meridional, podemos também indicar as pinturas rupestres descobertas recentemente em abrigo sob rocha no interior do Paraná que trazem inclusive imagens da araucária⁶. Assim, encontramos as representações visuais feitas pelos povos Jê na sua ligação com as araucárias, exemplificando os apontamentos de Severi sobre rituais mnemônicos (ou de produção de memórias) a partir de uma paisagem específica - o Planalto das Araucárias - e a existência de uma memória constituída nessa mesma paisagem, ou mesmo memórias *da* paisagem (Severi, 2009). Esta é apenas uma das manifestações de uma complexa relação com a paisagem e o

⁵ Algumas comunidades Kaingang estão resgatando esse etnônimo, utilizando-o como autodefinição étnica, como o professor e doutorando em antropologia Dorvalino Cardoso, que utiliza o etnônimo Coroados/Kanhág (Cardoso, 2017). Soraia Dornelles, em sua dissertação, trabalha para o Rio Grande do Sul o período de transição dos usos dos etnônimos Coroados e Kaingang (Dornelles, 2011).

⁶ Pivetta, Marcos: “Sítio pré-histórico teria o primeiro registro de uma araucária em arte rupestre” Pesquisas FAPESP, Edição 325 mar. 2023 <Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/sitio-pre-historico-teria-o-primeiro-registro-de-uma-araucaria-em-arte-rupestre/>>

território, trabalhada pela etnopaisagem (Moura, 2021), e que se manifestam na mitologia, na memória social e nas lutas das retomadas de territórios.

Entre as mudanças no campo da historiografia sobre o tema indígena nas últimas décadas, é interessante perceber como as disciplinas se desenvolvem relacionadas com o contexto dos povos indígenas em cada país. Exemplos disso são o contexto histórico da expansão das pesquisas nos Estados Unidos, na época da legislação conhecida como Indian Claim Act, e no Brasil, a partir da produção e promulgação da Constituição Federal de 1988. No primeiro caso, a publicação da lei no ano de 1946 impulsionou as pesquisas na área da história dos povos originários, pois permitiu que os grupos indígenas reivindicassem territórios que lhes foram prometidos em acordos firmados, mas depois quebrados, com o governo dos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX (Cavalcante, 2011). Quanto ao caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 traz em seu texto a garantia da demarcação de todas as terras indígenas em até cinco anos, medida que impulsionou tanto os pesquisadores na academia a buscarem novas histórias indígenas, quanto aos próprios indígenas, que resgataram memórias de práticas e locais tradicionais.

Consideramos então, que medidas governamentais produzem, de certa forma, uma demanda por pesquisas acerca do passado dos povos indígenas para definir quais eram as terras que lhes cabiam, e qual o processo em que foram expulsos, assim como os desdobramentos provocam novas abordagens metodológicas. Desse modo, podemos inserir nesse processo as retomadas territoriais protagonizadas pelos povos indígenas de todo o Brasil, e especialmente nesse caso do Sul do Brasil. Maréchal aponta uma historicidade das retomadas Kaingang no Rio Grande do Sul, pensando em três etapas: a primeira a partir de 1978, que inclui os territórios de Nonoai, Guarita, Ligeiro e Cacique Doble; a segunda etapa ocorre a partir dos anos 1990, e é “[...] marcada por um processo de construção coletiva, coordenação e pensamento estratégico” (Marechal, 2021, p. 515). A terceira etapa é contemporânea e vem ocorrendo desde os anos 2000. Segundo Maréchal:

Esta terceira etapa resulta, no meu parecer, do entrelaçamento dos seguintes elementos: 1) uma consciência étnica e política historicamente construída que levou as populações kaingang a recuperarem, ou tornarem oficial a recuperação dos seus territórios, considerando o respaldo institucional da Constituição de 1988; 2) uma intensificação dos desacordos políticos entre grupos kaingang nas TI homologadas; 3) um processo

articulado com a recuperação da memória que orienta os projetos territoriais em direção a horizontes decoloniais enraizados nos saberes dos *kujá* [lideranças político-espirituais] e no conhecimento dos *kofá* [os mais velhos]. (Maréchal, 2021, p. 516).

Sobre os documentos analisados na pesquisa em questão, as elites do Brasil Imperial, no seu projeto de construir uma nação aos moldes europeu e norte-americano, debatiam sobre o que fazer com os vastos territórios habitados por povos indígenas com pouco ou nenhum contato com a sociedade brasileira, e que resistiam ativamente contra as diversas frentes de expansão. Outra preocupação do Império dizia respeito à grande massa de trabalhadores escravizados, e à crescente massa de libertos e descendentes de africanos nascidos livres. Na época da Independência, “os escravos representavam em torno de 30% da população total [...] o número de ‘índios não domesticados’ era estimado em 800 mil. O de escravos, em 1,1 milhão” (Carvalho, 2012, p. 85). Em um contexto de lento declínio da escravidão, as principais questões que atravessavam o debate político no período de consolidação do Império eram a terra e o trabalho.

Tais tópicos permearam os círculos de tomada de decisão desde a Constituinte de 1824, onde se debatia se os indígenas poderiam ser cidadãos da nova nação que se desenhava. Apesar de não resultar em legislação específica, entre o projeto de extermínio e a “ressocialização” dos povos indígenas, escolheu-se o segundo, ao menos entre parte da elite política (Paraíso, 2010). Assim, tais temas estavam profundamente interconectados e consistiam no próprio projeto de construção de uma nação enquanto tal. A primeira legislação específica para os povos indígenas no Brasil independente foi o Regulamento das Missões de 1845, que em conjunto com a Lei de Terras de 1850, estabeleceu parâmetros para os aldeamentos criados no período e principalmente “liberava” as terras devolutas para a colonização.

As fontes produzidas nesse período, ao reapresentar os grupos indígenas, com sentido dado por Spivak (2010, p. 31-75) à representação, de *falar por*, fornecem informações importantes que podem ajudar a aprofundar nossa visão sobre o passado. São raras as situações em que há a intenção, em documentos administrativos, cartas, e jornais durante o Império, de transmitir mensagens dos povos indígenas para a sociedade em geral. Por outro lado, há a intenção, através do que Spivak chamaría de “mecanismos sutis”, de inserir esses

indígenas em uma narrativa que contemplou os interesses do Estado-nação e seus projetos de sociedade e economia. Tal empreitada significava mais do que a violência sofrida pelos povos indígenas que estavam no caminho do desenvolvimento. Ao reapresentar os indígenas enquanto sujeitos e objetos da modernidade –um processo de longa duração na qual se insere a construção nacional – os povos originários foram inseridos em uma narrativa que não é sua, subordinados ao “calendário secular linear”, encaixados em uma linha ascendente de progresso em que o final é a civilização ocidental europeia. Filósofos indígenas contemporâneos estão propondo novas abordagens sobre a história da relação da sociedade brasileira com os povos originários (Kopenawa e Albert, 2015).

Um caso em que as fontes trazem mensagens dos indígenas para a sociedade está nos jornais publicados pelos freis Capuchinhos, nas colônias italianas da Serra Gaúcha, entre 1909 e 1910. Em um dos textos, publicados em italiano para a comunidade de imigrantes estabelecidos na região, há uma mensagem de um indígena Kaingang: "Lembre os leitores do [jornal] La Libertà para não os chamar de Bugres, porque eles se ofendem muito, pois para eles é uma palavra tão ruim, que significa em sua língua: animal imundo, eles se vangloriam de ser índios, e com este nome querem ser chamados." (Brandalise, 2019, p. 49). Abordando o processo que levou os padres Capuchinhos a se aproximarem dos indígenas, através da história da ordem religiosa no Brasil e do interesse de alguns freis, foi possível perceber como os indígenas “usaram” os padres para demonstrar seu orgulho étnico de “ser índio”, o que pode ser entendido dentro do contexto de que eles não se transformam em camponeses ou “brasileiros”, como preconizava o projeto do Serviço de Proteção ao Índio, criado no mesmo ano de 1910. Especificamente, o contexto desse texto “escrito” por um indígena por intermédio do frei Capuchinho, é o de expansão das colônias italianas da região da Serra Gaúcha para próximo de Lagoa Vermelha, no Norte do estado. Nessa direção também foi a expulsão dos Kaingang, já que desde a década de 1820 o estabelecimento de colônias de estrangeiros empurrou esses grupos indígenas mais para o Norte, onde, a partir da metade do século XIX, as autoridades buscaram confinar seu território aos aldeamentos oficiais (Diehl, 2023).

Apesar dos esforços das autoridades da Província, o plano de aldear todos os Kaingang no mesmo aldeamento (o de Nonoai) não se concretizou. Os conflitos na Serra e nos Campos de Vacaria na década de 1850, que envolveram o cacique Doble, que eventualmente aceitou

se aldear, mas não nos mesmos campos de seus inimigos Kaingang, que estavam em Nonoai. Dessa forma, ainda havia a presença Kaingang nos toldos nos Campos de Vacaria no início do século XX, onde os Capuchinhos encontram descendentes de Doble, Faustino e Fortunato (Brandalise, 2019). Esse é um dos acontecimentos, os quais os indígenas Kaingang foram protagonistas, que moldaram o aldeamento que se seguiu, não como as autoridades planejaram, mas como se deu a relação desse processo com os processos internos que essa cultura indígena bastante extensa estava experienciando, desde o Sul de São Paulo, Paraná, Santa Catarina até essa região nos contrafortes do Planalto.

A manifestação através do jornal Capuchinho ecoa do passado as diversas estratégias de defesa do povo Kaingang durante esse período de meados do XIX até início do XX, quando viram seu espaço de territorialidade ser drasticamente diminuído. Ao publicar o recado dos “índios”, o jornal em língua italiana comunicou para centenas de imigrantes leitores nas diversas colônias atendidas, que “não são bugres, mas sim índios, e com orgulho”. Essa afirmação, dentro do contexto comunicativo em que se insere, representa identidade, alteridade e agência A postura dos indígenas, que podemos observar através da missão religiosa nos toldos de Lagoa Vermelha, é uma postura altiva, que demanda respeito e não se submete à visão do outro.

Os conflitos de fronteira são uma parte importante dessa pesquisa, de forma que trazemos aportes teóricos para compreensão das complexidades envolvidas. Nesse ponto, estamos falando de fronteiras internas do Brasil. O sociólogo José de Souza Martins analisa 100 anos de conflitos em fronteiras internas, de 1877 até 1977, principalmente na Amazônia, mas também em São Paulo e Santa Catarina, contextos que se aproximam mais desta pesquisa. Martins define essa fronteira como um lugar de intolerância, ambição e morte, onde ocorre o desencontro genocida de etnias (Martins, 2022, p. 9-11). Também refina os conceitos com os quais trabalha, como frente de expansão, que seria a expansão territorial do capital através do deslocamento das frentes pioneiras, ambas componentes do mesmo processo de expansão da sociedade nacional sobre territórios dos povos indígenas. Processo esse do qual o capitalismo brasileiro depende, através do esbulho e violenta exploração (Martins, 2022, p. 24).

Representando as formas de perceber as experiências nas zonas de fronteiras internas, Martins explora o conceito de diversos “tempos históricos”, e sua análise, em parte, utiliza de conceitos e analogias que apontam para uma visão do que Johannes Fabian chama de negação da coetaneidade (Fabian, 2013, 2010). Como, por exemplo, no trecho: “No ‘polo atrasado’ desse movimento há uma situação social complexa que envolve desencontros próprios de uma coetânea diversidade de tempos históricos cuja peculiaridade está em que é vivida pelas mesmas pessoas” (Martins, 2022 p. 28). Percebe-se que o autor tem uma visão crítica a 50 respeito da noção de que os povos indígenas e os nacionais viviam em diferentes tempos históricos, e assim mesmo, é possível perceber como essa ideia é influente no trabalho de Martins. Em outro momento o autor afirma que se impõe, nesse desencontro, um “abismo histórico”, deixando o leitor a compreender que os sujeitos implicados nessa situação de fronteira ultrapassam não apenas barreiras físicas, linguísticas, culturais e naturais, mas também temporais.

Segundo Oliveira (2022 p. 26), “os fatos e os personagens da história permanecem vivos porque são polissêmicos e polimórficos em sua condição de componentes de uma narrativa, e adaptam-se a projetos políticos que existem em contextos muito posteriores.”. Trago também o conceito de “regimes de memória” de Johannes Fabian (2010), expandido por Oliveira (2016; 2022) para analisar a construção de alteridades e as ressignificações da história, de modo a tomar em conta sua fluidez e os aspectos transitórios e acidentais de sua materialidade.

DIÁLOGOS ETNOHISTÓRICOS COM FONTES DOCUMENTAIS

Essas variações nas narrativas orais podem representar a dispersão do grupo de João Grande depois da perseguição sofrida, como também os territórios ocupados desde antes da colonização, que fazem parte do imaginário e da tradição oral do povo Kaingang. Apesar da riqueza de informações que se poderia ter com uma pesquisa com a oralidade, escolhi trabalhar com documentação, guiando-me, contudo, pelas narrativas Kaingang, como uma forma de ver no escuro das fontes, em que podemos encontrar os indígenas. Dessa forma, ora vamos tratar do cacique João Grande – caso seja como aparece na documentação –, ora como grupo do cacique João Grande, para descrever a população originária dessa região e que circulava por ali no período próximo à década de 1850.

Começo apresentando o personagem histórico João Grande pelas descrições presentes na documentação. Sua atuação é possível de ser historicizada a partir de fontes esparsas, que o retratam como um "facínora", destacam a violência de seu grupo ao resistir aos invasores, imigrantes, colonos, fazendeiros e tropeiros que adentravam sobre os espaços de vida do povo indígena. Para apresentar esse personagem histórico, é importante mencionar que o cacique João Grande é conhecido nas fontes contemporâneas do século XIX por outros nomes além deste: Nicuó, Nicué, Nivo. Esse último nomeia uma escola indígena Kaingang no município de Farroupilha (Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Nivo), também na Serra Gaúcha (Invernizzi, 2015, p. 72). Em comunicação pessoal ao autor, o cacique da Retomada Kógühn Mág em Canela, Maurício Ven Tain, mencionou ainda a existência de outros nomes pelo qual João Grande é (re)conhecido por diversas linhagens Kaingang descendentes deste –fato que apenas menciono para reforçar a persistência da memória dessa liderança nos dias atuais.

Sobre as fontes contemporâneas de Nicuó, o primeiro a ser mencionado é o engenheiro encarregado da abertura de estradas que atravessavam o território de João Grande, o agrimensor belga Pierre Alphonse Mabilde. Em seu extenso relato, por vezes nem sempre tão confiável, diz que Nicuó liderava uma “tribo dissidente” do cacique principal Braga, que por sua vez liderava diversos grupos na região do Campo do Meio (Laroque, 2000). Essa informação pode não ser totalmente fidedigna, já que a principal fonte do agrimensor era o próprio cacique Braga. Segundo o cronista, João Grande, em um período entre as décadas de 1840 e 1850, liderava um pequeno grupo de “não mais do que vinte e três indivíduos”. Esse pequeno número, se acreditarmos no relato do engenheiro, pode ser resultado da pressão demográfica sobre a região, e de cada vez mais encontros violentos entre Kaingang, colonos e bugreiros. De fato, a pressão demográfica e territorial sobre a região da Serra Gaúcha se acentua em meados do século XIX, assim como em todos os territórios Kaingang no Rio Grande do Sul. Isso porque a partir de 1846, o governo provincial concentrou esforços em aldeiar todos os indígenas nas florestas do Norte do estado no aldeamento de Nonoai (Braga, 2015, p. 39; Laroque, 2000, p. 63-64).

Segundo o relato do engenheiro, o grupo de João Grande seria diminuto⁷, porém temido, e contaria com a presença de um sujeito negro fugitivo do regime escravocrata. A presença de um negro fugitivo é mais do que plausível, tendo em vista que nos campos que cercavam a região da Serra Gaúcha se encontravam diversas fazendas que trabalhavam com regime escravista, em especial no distrito vizinho de São Francisco de Paula (Teixeira, 2008). Alguns relatos da época, inclusive, confundiam esse possível quilombola com o próprio João Grande, enquanto outros afirmavam que poderia ser um escravizado que havia fugido dos missionários em Guarita, no ano de 1849 (Francisco, 2006, p. 149). Já Mabilde afirma ser esse um “escravo de João Mariano Pimentel, morador dos fundos dos Campos de Vacaria” (Mabilde, 1983, p. 60-61). Minuzzo (2010, p. 28-31) também aponta correspondências da Câmara de Vereadores da Vila de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria que indicam a participação de um ex-escravizado nas guerras dos indígenas nos campos de Vacaria. Para o indigenista e cientista social Rodrigo Venzon, a presença afro-brasileira percebida no grupo de João Grande se deve a seu filho com Amália Barbosa, ou dona Dadá, mulher afro-indígena que veio escravizada com tropas do Império (Almeida, 2022 p. 25; Venzon, comunicação pessoal, 2023).

Sobre sua morte, a documentação é bem explícita em mencionar que ocorreu em janeiro de 1853 pelas mãos do Cacique Doble, que foi contratado pelo governo Provincial para caçar o grupo de Nicué e resgatar crianças alemãs que foram sequestradas em um ataque à colônia do Mundo Novo em 8 de janeiro de 1852. Mesmo no relatório de Presidente da Província é mencionado esse caso, revelando a importância dada a essa figura resistente como uma potencial ameaça ao projeto das colônias alemãs que avançava a todo vapor serra acima. Porém, nos relatos dos indígenas com quem me comuniquei nos últimos anos sobre esse tópico, a morte de João Grande ocorreu de maneira diferente. Menciono aqui dois relatos distintos, o de Maurício Salvador e o de João Padilha. No primeiro, o cacique histórico sobreviveu ao ataque de Doble e morreu muitos anos depois na Terra Indígena de Nonoai, onde até hoje é possível localizar seu local de descanso. Já no segundo relato (que foi o primeiro que escutei, ainda em 2018), João Grande também sobrevive ao ataque de Doble,

⁷ Na documentação do Fundo de Obras Públicas, encontramos o número de quarenta pessoas (Brandalise, 2023, p. 35).

porém é capturado posteriormente no quartel de cavalaria de Cruz Alta, de onde foge com ajuda de seus parentes, e continua liderando atos de resistência.

Nesse sentido, podemos pensar os “regimes de memória” aplicados aos personagens e fatos históricos pesquisados aqui, ao observar as múltiplas “versões” dos conflitos entre colonos alemães e indígenas na Serra Gaúcha, desde a narrativa ligada à história da imigração, passando pelas narrativas de Mabilde, inclusive, que tem sido repensado enquanto cronista dos Kaingang no século XIX (Diehl, 2023; D’Angelis, 2006), e os relatos dos interlocutores indígenas⁸. O cacique João Grande, que foi retratado pelas documentações contemporâneas como um “facínora”, inclusive por Mabilde, e na historiografia do século XXI como resistente, pode agora ser encarado como uma figura mais complexa, que incorpora uma forma específica (uma forma Kaingang) de lidar com a colonização. Assim, a análise aqui se guia pelas narrativas dos seus descendentes hoje em dia, pela forma como é utilizada sua memória como potência de luta e como elemento importante da identidade social, mas também a partir das formas como foi representado como personagem histórico no último século e meio.

Tendo em vista as reflexões apontadas aqui, vemos as possibilidades de analisar as fontes documentais de forma crítica e decolonial, tomando os devidos ajustes no olhar. É fundamental entender em que sentido caminhava a história para aqueles que escreviam as fontes, e qual lugar os indígenas ocupavam nessa metanarrativa do colonizador. Como aponta Quijano (2004), as construções das nações na América Latina foram permeadas pela colonialidade. Desse modo, a representação dos indígenas na documentação oficial ia no sentido de *empecilhos físicos* para as equipes de construção, colônias e fazendas nos sertões, ou como *parte dessa mesma natureza*, “selvícolas”, para utilizar um termo antiquado. Não estavam contemplados, portanto, no plano civilizatório, de desenvolvimento econômico e supostamente social que se colocava no horizonte, ainda distante da realidade em meados do século XIX. Essa é a visão presente nos documentos, além da qual o historiador que trate dos indígenas deve estender seu olhar. O que há além desse muro, senão pequenos resquícios de ação que se pode ler a contrapelo (Benjamin, 1985)?

⁸ É importante reconhecer aqui a limitação desse recorte. A figura de João Grande é muito importante na memória social Kaingang e para fazer um levantamento apropriado sobre as narrativas acerca dele, seriam necessárias muitas mais entrevistas e pontos de vista. Trago os poucos que tive contato para problematizar a metodologia e cruzar com as fontes.

Existem, para além da construção ocidental e linear da história enquanto disciplina até o atual momento, a tradição oral, a memória coletiva, o conhecimento ritual que é transmitido de geração em geração, as chaves mnemônicas que ativam o passado e o colocam em movimento no presente (Severi, 2009, p. 13-21). Trata-se da mesma memória que tem o potencial de opor-se ao esquecimento e às narrativas oficiais sobre o passado, os livros didáticos e o discurso acadêmico (Fabian, 2010, p. 23). Portanto, apesar de se debruçar principalmente sobre documentos e fontes contemporâneas para perscrutar sobre a atuação indígena dentro de uma perspectiva ainda ligada à História Nacional e Regional, esta pesquisa *não pode ignorar* as implicações do passado sobre o presente. Fundamentalmente, o conhecimento histórico sobre esses temas é relevante não apenas para o desenvolvimento da temática no campo da história indígena, história regional e outros campos do conhecimento acadêmico, mas também toca em vivências de um passado que é presente, e se volta ao futuro como projeto, essencialmente descolonial, de comunidades indígenas Kaingang em diversos contextos.

Pesquisando agulhas em palheiros, como geralmente é a pesquisa de história indígena em documentos oficiais, ainda é possível encontrar algumas pérolas, que, se não nos dão as respostas que buscamos, nos apresentam novos problemas e perguntas. Nesse caso, busquei na documentação do Fundo de Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no período de 1847 até 1858, nas localidades entre os vales dos rios Sinos e Caí. Em dois momentos surge a figura dos grupos indígenas no meio dos trabalhos de abertura de estradas e estabelecimento de colônias.

A primeira vem de um relato do cidadão José Domingos Dias, ou “Mingozé”, como também aparece na documentação. Em março, escreve um relato para a Secretaria de Obras Públicas da Província dando conta de sua tarefa como responsável pela abertura e melhoramento da nova estrada do Mundo Novo, ligando as colônias alemãs ao sul, com os Campos de Cima da Serra ao Norte, atravessando florestas íngremes do vale do Rio Paranhana. Conta Mingozé que no dia 8 de janeiro de 1852 (mesmo dia do ataque do grupo de João Grande à família alemã no Mundo Novo), entrou com sua equipe de piqueiros no mato. Alguns dias depois, tem seu acampamento assaltado por um grupo indígena, um ataque sem vítimas. Seguindo seu relato, Dias informa que entrou novamente no mato no final do mês de janeiro, com “gente bem armada, e munida, e quase [...] dobrado salário [...]”

(Brandalise, 2023, p.116). Cruzando com outras fontes sobre esse sequestro, que fez com que João Grande recebesse a alcunha de “facínora” pelas autoridades provinciais, é possível perceber a presença de diversos grupos de bugreiros nas florestas da região durante o ano todo de 1852. Vale ressaltar que Domingos José não pediu autorização para entrar no mato com homens armados, apenas informou posterior à ação, o que denota seu conhecimento nesse tipo de empreitada. Quanto ao outro momento de encontro que surge na documentação, ocorre 4 anos depois. Lembrando que João Grande foi atacado por Doble em janeiro de 1853. Dessa vez, quem deixou relatos foi o encarregado da colônia de Nova Petrópolis, José Maria Vidal, que ao contrário de Mingozé, prestava contas de tudo que fazia mensalmente. Em suas cartas, é possível perceber a crescente preocupação com um grupo de indígenas que foi visto atravessando a nova colônia. Diferentemente de anos anteriores, porém, esse encontro foi, ao que tudo indica, pacífico, podendo significar uma jornada para outros fins que não a guerra ou a defesa ativa de seu território (Brandalise, 2023, p.124).

A partir de diálogos com o cacique Maurício Vehn Tain Salvador sobre a história dos Kaingang na região de Canela, há a menção de histórias dos antepassados sobre caminhos que faziam da aldeia de Canela para região de Caxias, e dali para o Norte do estado, possivelmente a área de Nonoai e o Passo do Goio-ên para seguir para as aldeias hoje em Santa Catarina, e que desciam até a bacia do Lago Guaíba para pescar. Observando também o isolamento de uma aldeia localizada em território de pleno avanço de frentes pioneiras, com bugreiros, picadores e colonos, chegar até a região onde se localizava a aldeia de João Grande era uma caminhada cheia de riscos. Até pouco tempo antes, como pudemos observar pela análise das fontes do Mundo Novo, a Serra era território em guerra, em que o avanço da frente de colonização era respondido com violência pelos indígenas, que sofriam retaliações cada vez mais severas.

A hipótese levantada é a de que o grupo indígena, possivelmente sobreviventes do grupo de João Grande, retorna ao espaço da sua aldeia vindo pelas matas de Caxias do Sul à Oeste, talvez desde a região de Nonoai, de Erechim ou do Botucaraí, espaços em que se comprova a presença de membros do grupo de João Grande. Na ida, no final de setembro, são avistados e mencionados no relatório de Vidal, que pede armas. No que podemos considerar como o caminho de volta, em novembro do mesmo ano, causam pânico na comunidade de Linha Olinda, mas sem causar nenhum dano. O único incidente relatado é o

da suposta tentativa de sequestro por indígenas com cabelo comprido e um com o beiço furado.

Acredito que a história do sequestro em si pode ser deixada de lado por um aspecto bem mais interessante, que é a presença do indígena de beiço furado, possivelmente um Xokleng. Os Kaingang e Xokleng/Laklânõ guerrearam por muito tempo, e até são considerados inimigos em diversas fontes da época, como Mabilde, e ali haviam sido vistos juntos por mulheres alemãs. Se a história do sequestro é contestada pelo administrador, não podemos deixar de levar a sério os detalhes da descrição da mãe e filha alemãs de uma partida multiétnica de indígenas, que transitavam por um território, pouco tempo antes, disputado com violência com a frente de colonização.

Por muito tempo, a narrativa histórica focou nos ataques dos indígenas contra as colônias e fazendas, as correrias, destacando as vítimas brancas e escondendo as mortes de indígenas. Como as informações sobre os povos indígenas estão fragmentadas nas fontes, e considerando que essa pesquisa é um fruto dessa dinâmica historiográfica, os conflitos são os momentos em que o contato fica evidente, uma situação limite característica das fronteiras, como aponta Martins, em que se mobiliza o aparato da administração provincial. Desde 1847 estava em vigor o projeto baseado no Regulamento das Missões, a partir da política do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves, de aliança com as lideranças. Não podemos esquecer que do início do século XIX até a década de 1830 havia uma legitimação legal para atacar e escravizar os indígenas, e as primeiras correrias ocorreram no final dos anos 1820 (Francisco, 2013; Diehl, 2023) Dessa forma, não podemos explicar as ações Kaingang durante esse período de avanço da fronteira colonial por uma suposta “natureza guerreira” a priori, mas sim pelo contexto histórico (Francisco, 2013 p. 332).

CONCLUSÃO

Para finalizar, ressalto a importância do diálogo entre metodologias, a dizer, a pesquisa documental e a pesquisa colaborativa. Como aponta Sider, o sentido da etnohistória vai ser dado de forma adequada através da ancestralidade, das lutas no presente e da maneira com que os indígenas vivos usam a história de seus antepassados para construir sua identidade. As dificuldades metodológicas, que não são poucas, podem ser atenuadas através de leituras decoloniais, que trazem já há tempos as críticas necessárias para esse tipo de empreitada.

Dessa forma, podemos nos esquivar das armadilhas da representação, e ter sempre em mente a diferença entre representação e experiência, mesmo quando o foco é a análise das representações para destrinchar uma narrativa histórica, como geralmente é a pesquisa de base documental. Porém, é inviável ignorar as lutas e resistências dos povos indígenas no presente, que via de regra espelham lutas do passado, ou trazem a ancestralidade à tona, mesmo que, para o historiador, ela apareça apenas como indício.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Território E Territorialidade Indígena De Borboleta. In: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio (org.) **A Terra Indígena Borboleta: Múltiplas Dimensões De Um Conflito Agrário No Sul Do Brasil**. Editora Acervus: Passo Fundo, 2022.

BARCELOS, Artur; NEUMANN, Eduardo. **A Razão Gráfica Missioneira: Escrita e cartografia indígena nas reduções da América colonial**. Martins Livreiro Editora: Porto Alegre, 2022.

BENJAMIM, W. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1985]. v. 1. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. **“Entre os “últimos alemães” e os “últimos brasileiros”: obras públicas e etnohistória indígena na Serra Gaúcha (1847-1858)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. **“Eles se vangloriam de serem índios e com esse nome querem ser chamados”**: Indígenas, Capuchinhos E As Colônias Italianas No Nordeste Do Rio Grande Do Sul (1895-1918). Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

BRAGA, Danilo. **A História Dos Kaingang Na Luta Pela Terra No Rio Grande Do Sul: Do Silêncio, À Reação, A Reconquista E A Volta Para Casa (1940-2002)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2015.

DIEHL, Isadora Lunardi. **Criando fronteiras: Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

CARDOSO, Dorvalino Refej. **Kanhgág jykre kar - filosofia e educação kanhgág e a oralidade uma abertura de caminhos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

CARVALHO, José Murilo de (coord.) **História Do Brasil Nação: 1808-2010.** Rio De Janeiro: Objetiva, 2012. v.2: A Construção Nacional 1830-1889.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-História E História Indígena:** Questões Sobre Conceitos, Métodos E Relevância da Pesquisa. História. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Mabilde e seus "apontamentos" sobre os Coroados Selvagens:** tentando separar informação de mistificação e preconceitos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. Anais [...]. Goiania: UFGO; PUC-GO., 2006.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados A Kaingang:** As experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do Século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil Imperial: reflexões a partir da Província paulista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.38, n.79, p. 87-108, 2018.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro:** como a Antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.

FABIAN, Johannes. Memórias da memória: Uma História antropológica. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Tradições e modernidades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingáng:** uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no Sul do Planalto meridional. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e intrusos em seu próprio território:** a expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, 2006.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Mrur Jykre – A cultura do cipó:** territorialidade Kaingang na margem Leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FONTES, Iury; SALVADOR, Maurício Vehn Tain. **Movimentos de retomada e passados plurais:** a experiência de tempo Kaingang através do relato do Cacique Maurício Ven Táinh Salvador. Monografia (Graduação). Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

INVERNIZZI, Marina. **Historicidade kaingang na terra indígena Pó Nãnh Mág, em Farroupilha/RS.** Monografia (Graduação) Curso de História, UNIVATES, Lajeado, 2015.

KAINGÁNG, Susana Fakój (org.) **Eg Rá: nossas marcas.** São Paulo: DM Projetos Especiais, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um Xamã Yanomami.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889).** Pesquisas. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil (1889-1930).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

MABILDE, P. F. A B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos Matos da província do Rio Grande do Sul.** São Paulo: Ibrasa, 1983.

MARÉCHAL, Clementine. **Êg Ga Êg Kófa Tú (A nossa terra é a nossa história): território, trabalho, xamanismo e história em retomadas Kaingang.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Etnopaisagem Jê e reterritorialização do Brasil Meridional (1768-1773). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** 2. ed., São Paulo: Contexto, 2022.

MINUZZO, Maurício Machado. **Notas para uma história ameríndia nos campos da Vacaria e de Cima da Serra, Rio Grande de São Pedro (1727-1851).** Monografia (Graduação) - Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** 2. ed. rev. amp. Maringá: Eduem, 2009.

NEUMANN, Eduardo Santos. "De letra de índios": cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 177–196, jan. 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Catarina Paraguaçu e a disputa pelas alegorias do nascimento do Brasil. **Memórias Insurgentes**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mi/article/view/50993>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, Regime Tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PARAISO, Maria Hilda B. Construindo o estado da exclusão: Os índios brasileiros e a Constituição de 1824. **Revista Clio**, Recife, v. 28, n. 2, 2010.

QUIJANO, Aníbal. O movimento indígena e as questões pendentes na América Latina. **Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 4, 2004.

SAHLINS, M. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SEVERI, Carlos. **El sendero y la voz: una antropología de la memoria**. Buenos Aires: SB Editorial, 2009.

SIDER, Gerald. Identity As History: Ethnohistory, Cultural Differentiation, And the Politics of Native American Identity in The Southeastern United States. In: **Identities: Global Studies in Culture and Power**, [s.l.], v. 1, n.1, Spr. 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TUHIWAI SMITH, Linda. **A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas**. Santiago de Chile: Lom, 2016.

VENZON, Rodrigo Allegretti. Sobrevida Indígena frente ao latifúndio. In: **Expropriação e luta: as terras indígenas no Rio Grande do Sul**. Anaí: Petí, 1990-1993.

Venzon, Rodrigo Allegretti. Almerinda de Mello: a Tecelã da Borboleta. In: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio (org.). **A terra indígena Borboleta: múltiplas dimensões de um conflito agrário no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022.

DADOS DE AUTORIA

Guilherme Brandalise

Mestre em História pelo PPGH/UFRGS (2023), graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019/2) e Analista em Assuntos Culturais do Museu de História Julio de Castilhos (Sedac-RS), onde é curador da exposição Memória e Resistência. Tem experiência na área de História, Antropologia, Educação, Patrimônio e Interpretação Comunitária, com ênfase em História Indígena do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Trabalho Indígenas na História (ANPUH/RS) e do grupo de pesquisa Indígenas na História do Maranhão (IHMA/UFMA). Bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL) (2021). E-mail: guilhebrandalise@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0092-752X>.